

## RCB Investimentos S.A.

CNPJ nº 08.823.301/0001-27

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da RCB Investimentos S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou lucro de R\$ 172.912.352 (R\$ 126.312.700 em 2023), Patrimônio Líquido de R\$ 113.770.929 (R\$ 101.542.586 em 2023) e Ativos Totais de R\$ 142.037.375 (R\$ 132.174.678 em 2023). A Companhia realizou a antecipação de dividendos em julho de 2024, com base no balanço semestral, no montante de R\$ 81.845.225, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho datada de 18 de julho de 2024. Em 15 de de janeiro de 2025, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 81.037.698. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 24 de janeiro de 2025. *Diretoria*

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

ATIVO	Nota	2024		2023		PASSIVO	Nota	2024		2023	
		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora			Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	9	116.497.010	1.433.519	101.789.189	3.166.954	Prestadores de serviços	18	435.682	103.011	541.792	163.031
Contas a receber de clientes	10	6.552.271	-	9.208.452	-	Obrigações trabalhistas	19	14.341.779	2.338.370	13.421.198	1.825.287
Pagamentos antecipados	11	98.958	54.539	54.230	-	Obrigações fiscais e tributárias	20	10.904.490	10.022	10.762.959	10.270
Impostos a recuperar	12	205.780	205.157	379.462	378.017	Outros débitos	21	436.916	662.078	363	-
Outros créditos	13.a	7.031.659	1.146.209	6.348.729	1.208.006	Outras provisões	22	455.368	18.912	783.420	42.414
Dividendos a receber	-	94.100.000	-	76.138.861	-	Arrendamento a pagar	23.a	1.306.738	337.822	2.809.192	280.296
		<b>130.385.677</b>	<b>96.939.423</b>	<b>117.780.062</b>	<b>80.891.837</b>		<b>27.880.972</b>	<b>2.808.137</b>	<b>28.980.638</b>	<b>2.321.660</b>	
<b>Não circulante</b>											
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	Patrimônio líquido	-	-	-	-	-
Outros créditos	13.b	130.101	130.101	130.101	130.101	Capital social	24.a	13.783.593	13.783.593	13.748.250	13.748.250
Depósitos judiciais	14	40.562	-	34.429	-	Reserva de capital	24.b	266.859	266.859	266.859	266.859
Investimentos em controladas	-	-	-	-	-	Reserva legal	24.c	2.756.719	2.756.719	2.749.650	2.749.650
Imobilizado	15	-	10.402.139	-	13.770.197	Reserva de retenção de lucros	24.d	10.633.293	10.633.293	14.141.293	14.141.293
Intangível	16	2.473.699	564.299	5.034.219	815.237	Pagamentos baseado em ações	24.e	5.292.768	5.292.768	4.266.007	4.266.007
	17	9.007.337	8.860.837	9.195.868	8.877.709	Dividendos propostos	-	81.037.698	81.037.698	66.370.528	66.370.528
		<b>11.651.698</b>	<b>19.957.375</b>	<b>14.394.616</b>	<b>23.593.244</b>		<b>113.770.929</b>	<b>113.770.929</b>	<b>101.542.586</b>	<b>101.542.586</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>142.037.375</b>	<b>116.896.798</b>	<b>132.174.678</b>	<b>104.485.081</b>		<b>142.037.375</b>	<b>116.896.798</b>	<b>132.174.678</b>	<b>104.485.081</b>	

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Pagamento baseado em ações	Reserva de retenção de lucros	Dividendos Propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Aкционistas não controladoras	Patrimônio líquido consolidado	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
										2024	2023
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13.747.072</b>	<b>266.859</b>	<b>2.749.414</b>	<b>1.880.665</b>	<b>6.046.081</b>	<b>35.674.106</b>	<b>60.364.197</b>	<b>34</b>	<b>60.364.231</b>	<b>13.747.072</b>	<b>266.859</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	126.312.700	126.312.700	-	126.312.700	126.312.700	126.312.700
Reserva Legal	-	-	236	-	(236)	-	(236)	(236)	(236)	-	(236)
Opção de Ações – Prêmio	-	-	-	2.421.897	-	-	-	-	-	2.421.897	-
Opção de Ações – Recompra	-	(316.259)	-	(36.555)	(165.753)	-	-	-	-	(518.567)	(518.567)
Opções de Ações – Exercício	1.178	316.259	-	-	-	-	-	-	-	317.437	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(34)
Dividendos Pagos	-	-	-	-	(51.680.971)	(35.674.106)	-	(87.355.077)	-	(87.355.077)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(66.370.528)	66.370.528	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	126.312.700	-	(126.312.465)	236	-	236	-
Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.748.250</b>	<b>266.859</b>	<b>2.749.650</b>	<b>4.266.007</b>	<b>14.141.293</b>	<b>66.370.528</b>	<b>-101.542.586</b>	<b>-101.542.586</b>	<b>-101.542.586</b>	<b>13.748.250</b>	<b>266.859</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	172.912.352	172.912.352	-	172.912.352	172.912.352	172.912.352
Reserva Legal	-	-	7.069	-	(7.069)	-	(7.069)	(7.069)	(7.069)	-	(7.069)
Opção de Ações – Prêmio	-	-	-	1.454.412	-	-	-	-	-	1.454.412	-
Opção de Ações – Recompra	-	(6.877.748)	-	(427.650)	(13.530.361)	-	-	(20.835.759)	-	(20.835.759)	-
Opções de Ações – Exercício	35.343	6.877.748	-	-	-	-	-	6.913.091	-	6.913.091	-
Dividendos Pagos	-	-	-	-	(81.845.225)	(66.370.528)	-	(148.215.753)	-	(148.215.753)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(81.037.698)	81.037.698	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	172.912.352	-	(172.905.284)	7.069	-	7.069	-
Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.783.593</b>	<b>266.859</b>	<b>2.756.719</b>	<b>5.292.768</b>	<b>10.633.293</b>	<b>81.037.698</b>	<b>-113.770.929</b>	<b>-113.770.929</b>	<b>-113.770.929</b>	<b>13.783.593</b>	<b>266.859</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
<b>1. Contexto operacional:</b> A RCB Investimentos S.A. ("Companhia" ou "Empresa"), com sede na cidade de São Paulo, Praça General Gentil Falcão, nº108, 13º andar, conjunto											

continuação

quando aplicável, pelo valor presente. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas bankam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais refinadas, canceladas ou quitadas. **h. Capital social: Acções ordinárias:** Acções ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários. **i. Reservas: Reserva Legal:** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até 20% do capital social realizado. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Reserva de Retenção de Lucros:** A Reserva de Retenção de Lucros é constituída pelo montante que excede a distribuição de dividendos e opção de ações: Se a reserva legal somada à reserva de capital atingir 30% do capital social, a Companhia não é obrigada a fazer a reserva legal. **j. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e a expectativa atualizada de realização dos fluxos de caixa futuro do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de reserva contra recebíveis. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que são os estoques e IRPJ e CSLL diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve a indicação de perda no valor recuperável sobre os ativos financeiros e não financeiros. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões de perdas judiciais registradas são revisadas trimestralmente e o conjunto de ações recebe um valor potencial de perda, que é estimado através de análises históricas e modelos internos. **l. Arrendamentos:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem maiores recursos. **Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração por considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. **Obrigações Legais:** - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade da perda. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. **n. Dividendos:** De acordo com o Acordo de Acionista celebrado em 20 de dezembro de 2018, a Companhia distribuirá como dividendos obrigatórios, em cada exercício social, no mínimo 33% (trinta e três por cento) do lucro do exercício ajustado nos termos do Artigo 202 das Leis das Sociedades por ações. Os lucros serão distribuídos semestralmente. **o. Receitas de prestação de serviço:** Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de Serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<b>Master Servicing</b>	A RCB Portfólios presta serviço de gestora de fundos de investimentos e gestora de carteiras de crédito. O trabalho inicia no momento em que a empresa traça estratégias de cobrança para que o cliente obtenha maiores resultados. Não há uma duração fixa das carteiras de créditos. As notas são emitidas mensalmente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo com base na recuperação líquida das operações.
<b>Performance Fee</b>	Os clientes que adquirem as carteiras créditos dos fundos podem aderir a performance fee para que a RCB Portfólios acompanhe o retorno de cada carteira e tome as devidas decisões estratégicas que maximizem o retorno do ativo.	A receita é reconhecida após o retorno das carteiras ultrapassarem o investimento conforme tabela alinhada com o cliente.
<b>Cobrança</b>	A Companhia e suas controladas fornecem serviços de cobrança. Notas são emitidas conforme a prestação dos serviços, podendo ser mensurada por % de recuperação ou por um valor fixo por negociador alocado.	A Receita é reconhecida após a realização dos serviços.
<b>Gestão de contencioso passivo</b>	A Itapeva Recuperação fornece o serviço de gestão de cobrança dos clientes.	A Receita é reconhecida após a realização dos serviços.

**p. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação das demonstrações financeiras: i) IFRS 18 (atualização do CPC 26) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; o IFRS 18 (em atualização pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis) substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. - As medidas de desempenho definidas pela administração (PMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para PMs. A Companhia também está avaliando o impacto

sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". ii) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) 8. **Receitas de Recuperação de Crédito:** Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas de recuperação de créditos conforme o pagamento identificado de todos os devedores.

#### 9. Caixa e equivalentes de caixa:

2024 2023  
Consolidado Controladora Consolidado Controladora  
Caixa 1.851 - 3.775  
Bancos 38.366 2.345 781.167 60  
Aplicações financeiras (a) 116.044.389 1.431.174 100.592.120 3.166.895  
Outros. 412.404 - 412.127  
**11.649.010** **1.433.519** **101.789.189** **3.166.954**

(a) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### Consolidado:

31/12/2024 31/12/2023  
Aplicação CDB 311.798 302.552  
Aplicação Fundos 115.732.591 100.289.568  
**116.044.389** **100.592.120**

(a) Despesas pagas pela Empresa e que serão reembolsadas pelos fundos geridos, tais despesas compreendem demandas judiciais, custas processuais, despesas de cobrança entre outras. (b) Despesas relacionadas com o Banco Bradesco S.A. (nota nº 35 - Partes Relacionadas) (c) Despesas pagas antecipadamente com serviços de auditoria, seguros, assinaturas entre outros. (d) Saldos a receber do grupo do Banco Bradesco S.A. referente a despesas e custas de ajuizamentos. (e) Prêmio do plano de stock options referenciado na nota explicativa nº 24. (f) Depósito referente ao cauço realizado pela Empresa aos locatários.

#### 10. Caixa a receber de clientes:

2024 2023  
Consolidado Controladora Consolidado Controladora  
Serviço de Cobrança (a) 6.552.271 - 9.208.452  
**6.552.271** **-** **9.208.452**

(a) Os valores a receber referem-se a serviços de cobrança prestados para o grupo do Banco Bradesco na empresa DivZero Recuperação de Créditos LTDA.

#### 11. Pagamentos antecipados:

2024 2023  
Consolidado Controladora Consolidado Controladora  
Adiantamento de salário - 338  
Adiantamento de férias 24.926 - 48.704  
Adiantamento de despesa - 340  
Adiantamento de fornecedores 74.031 54.539 4.847  
**98.958** **54.539** **54.230**

#### 12. Impostos a recuperar:

2024 2023  
Consolidado Controladora Consolidado Controladora  
Antecipação IRPJ e CSLL 104.462 104.462 280.814 280.814  
IR retido de Aplicações Financeiras (a) 53.314 53.314 68.317 68.317  
Outros 48.004 47.381 30.332 28.886  
**205.780** **205.157** **379.462** **378.017**

(a) Refere-se substancialmente a créditos de IRPJ retido na fonte, referente aos resgates

#### 16. Imobilizado:

2024 2023  
Consolidado: Custo Depreciação acumulada Valor líquido  
Beneficiárias 1.161.557 (935.618) 225.940 1.160.600 (857.583) 303.018  
Computadores e periféricos 1.969.180 (1.157.518) 811.663 1.595.707 (900.741) 694.967  
Equipamentos telefônicos 118.683 (118.683) - 118.683 (117.242) 1.441  
Instalações e reformas 21.402 (21.402) - 21.402 (21.402) -  
Móveis e utensílios 341.510 (326.020) 15.490 339.908 (319.549) 20.359  
Máquinas e equipamentos 13.324 (9.135) 4.189 13.324 (8.577) 4.748  
Direito de uso de equipamentos (a) 3.520.795 (3.227.396) 293.400 3.520.795 (2.523.237) 997.559  
Direito de uso de imóvel (a) 4.696.357 (3.573.339) 1.123.018 4.652.611 (1.640.484) 3.012.128  
**11.842.810** **(9.369.110)** **2.473.699** **11.423.032** **(6.388.813)** **5.034.219**

#### Controladora:

2024 2023  
Consolidado: Custo Depreciação acumulada Valor líquido  
Beneficiárias 694.023 (693.111) 913 693.066 (693.066) -  
Computadores e periféricos 103.237 (99.149) 4.088 103.237 (97.494) 5.743  
Equipamentos telefônicos 3.720 (3.720) - 3.720 (3.720) -  
Instalações e reformas 21.402 (21.402) - 21.402 (21.402) -  
Móveis e utensílios 321.662 (310.151) 11.511 321.662 (305.652) 16.010  
Máquinas e equipamentos 1.419.629 (871.842) 547.787 1.382.149 (588.665) 793.484  
**2.563.674** **(1.999.375)** **564.299** **2.532.975** **(1.717.739)** **815.237**

#### a. Composição analítica Imobilizado - Consolidado:

2023 2024  
Taxa anual Valor líquido Adições Período Valor líquido  
Beneficiárias 4% 303.017 957 (78.035) 225.940 1.160.600 (857.583)  
Computadores e periféricos 20% 694.967 373.473 (256.777) 811.663 1.595.707 (900.741)  
Equipamentos telefônicos 10% 1.441 - (1.441) - - (117.242)  
Móveis e utensílios 10% 20.359 1.602 (6.471) 15.490 2.521.670 125.547 2.272.207  
10% 4.748 - (559) 4.189 9.139.613 2.203.478 8.934.854 1.816.358  
997.559 (704.159) 293.400 2.159.927 - 1.753.765  
3.012.128 43.746 (1.932.856) 1.123.018 240 -  
**5.034.219** **419.778** **(2.980.297)** **2.473.699**

#### a. Composição analítica Imobilizado - Controladora:

2023 2024  
Taxa anual Valor líquido Adições Período Valor líquido  
Beneficiárias 4% - 957 (45) 913  
Computadores e periféricos 20% 5.743 - (1.655) 4.088  
Móveis e utensílios 10% 16.010 - (4.499) 11.511  
Direito de uso de imóvel (a) 793.484 37.480 (283.176) 547.787  
**815.237** **38.437** **(289.375)** **564.299**

(a) Valores referem-se a contrato de arrendamento de equipamentos e contrato de arrendamento de aluguel, o prazo de amortização do direito de uso é definido de acordo com o prazo do contrato.

#### 17. Intangível: Consolidado:

31/12/2024 31/12/2023  
Amortiz. Custo acumulado Valor líquido Amortiz. Custo acumulado Valor líquido  
Softwares 3.378.785 (3.206.976) 171.809 3.378.785 (3.018.444) 360.341  
**12.214.313** **(3.206.976)** **9.007.337** **12.214.313** **(3.018.444)** **9.195.866**

continuação

24. Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social da controladora é representado por 2.617.962 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Ações ordinárias em quantidade

2024 2023

Em 1º de janeiro 2.617.962 2.665.872

Emittidas em 31 de dezembro e integralizadas 2.617.962 2.665.872

Em 2024 houve a emissão de 35.343 novas ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto. As novas ações foram subscritas nos termos do plano de outorga de opção de compra de ações em 19/11/2024. As novas ações foram emitidas pelo Preço de Exercício de R\$ 195,60 por ação, totalizando R\$ 6.913.090,80. Para cada ação, foi destinado R\$ 1,00 ao aumento do capital social e o restante, no valor de R\$ 194,60, foi destinado à conta de reserva de capital de acordo com o Plano SOP (Plano de pagamento baseado em ações). Ações ordinárias: Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e no Acordo de Acionistas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. b. Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de capital da Companhia é composto pelo montante de R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) e R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) em 31 de dezembro de 2023. c. Reserva Legal: Foi constituído valor de R\$ 7.068,62 (Sete mil sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) na Reserva Legal, perfazendo o montante de R\$ 2.756.719 (Dois milhões setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezenove reais) valor assim que não ultrapasse o limite de 20% do capital Social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. d. Reserva de Retenção de Lucros: Em 2024 foi constituída R\$ 172.912.351 de Resultado do Período na Reserva de Retenção de Lucros, aos quais R\$ 162.882.923 foram destinadas a conta de Dividendos e R\$ 13.530.360 utilizado para pagamentos das recompensas das ações do Plano de Opcões de Ações conforme nota explicativa nº 24(e). A constituição da Reserva de Retenção de Lucros será aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Dividendos provisionados a pagar:

2024 2023

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 9.454.401 7.743.231

Alvorada e Serviços e Negócios Ltda. 52.674.525 43.140.861

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 18.908.772 15.486.436

81.037.698 66.370.528

RCB Investimentos S.A.

Descrição

Lucro Líquido 172.912.351 126.312.700

(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido) (7.069) (236)

(-) Base para distribuição de dividendos 172.905.283 126.312.464

(-) Antecipação de dividendos em 2024

(-) Saldo disponível para Dividendos 91.060.058 74.631.493

Dividendo mínimo obrigatório 33% após reserva legal 57.058.743 41.683.113

(-) Dividendos Propostos 81.037.698 66.370.528

Dividendos totais 2024 162.882.923 118.051.499

A Companhia realizou a antecipação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com base no balanço semestral, no montante de R\$ 81.845.225 conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho em 18/07/2024. Composição dos acionistas da Controladora: A quantidade de ações emitidas pela companhia e seus respectivos titulares está assim demonstrada:

Qtde. de % participação detidas na pação

31 de dezembro de 2023

Nome do acionista

Bradesco Holding de Investimentos S.A. 1.732.817 65,00%

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 621.948 23,33%

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 311.107 11,67%

2.665.872 100,00%

Qtde. de % participação detidas na pação

31 de dezembro de 2024

Nome do acionista

Bradesco Holding de Investimentos S.A. 1.701.675 65,00%

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 610.771 23,33%

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 305.516 11,67%

2.617.962 100,00%

e. Remuneração com base em ações (Opcão de Ações): (a) Objetivo e Diretrizes do plano: A Companhia aprovou o Plano de Opcão de Compra de Ações em 06 de Maio de 2020 na Ata de Reunião do Conselho de Administração, limitado a 157.078 ações a serem outorgadas até a data de 31 de Dezembro de 2024, tem por objetivo a criação de mecanismos que favorecem a identificação, formação e desenvolvimento dos seus profissionais, por meio de uma operação mercantil, onde serão oferecidas Opcão de Ações da Companhia a valor justo, na qual o profissional realizará o pagamento a Companhia por tais opções. (b) Características do plano: Os participantes do plano além de serem superiores ao cargo de gestão precisam estar elegíveis as características criadas pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), formado pelos sócios, administradores e diretores executivos. O Comitê Executivo possui uma prática de avaliar os colaboradores, com o objetivo de identificar os potenciais destaque para a Companhia, sendo assim uma forma de identificar quais serão os colaboradores elegíveis ao SOP (Plano de pagamento baseado em ações). Algumas das características de análise e enquadramento pelo Conselho são as seguintes: (i) meritocracia; (ii) engajamento com a cultura e ética da Companhia; (iii) histórico do colaborador, considerando o período na Companhia; (iv) proatividade e engajado com o futuro da Companhia; (v) dentre outros fatores qualitativos. (c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos: i) O valor justo da data de concessão das Opcões de Ações foi calculado considerando o EBITDA, conforme Plano de Ações estipulado pelos acionistas e assinadas pelos Opcionistas; ii) Valor do prêmio nas outorgadas das opções foi mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton; iii) Variação entre os períodos, são corrigidos pelo indexador - IPCA; iv) Valores em reais - R\$; v) o registro contábil do plano de opção na data da outorga foi realizado considerando a data da aquisição do direito pelo beneficiário e seguido as diretrizes do CPC 10, com o respectivo reconhecimento do caixa em contrapartida ao patrimônio líquido, ao valor registrado de R\$ 5.292.768 em 2024 e (R\$ 4.266.007 em 2023).

Preço médio de compra por ação R\$ # Opcões

Em 1º de Janeiro de 2020

Concedida durante o período 100,37 47.910

Prescrita durante o período

Exercida durante o período

Expirada durante o período

Em aberto em 31 de dezembro de 2020 100,37 47.910

Concedida durante o período 195,60 35.997

Prescrita durante o período

Exercida durante o período

Expirada durante o período

Em aberto em 31 de dezembro de 2021 141,22 83.907

Concedida durante o período 361,67 26.438

Prescrita durante o período

Exercida durante o período 100,37 47.910

Expirada durante o período

Em aberto em 31 de dezembro de 2022 265,92 62.435

Concedida durante o período 436,58 27.622

Prescrita durante o período

Exercida durante o período 269,47 1.178

Expirada durante o período

Em aberto em 31 de dezembro de 2023 318,91 88.879

Concedida durante o período 589,53 18.457

Prescrita durante o período

Exercida durante o período 195,60 35.343

Expirada durante o período

Em aberto em 31 de dezembro de 2024 448,83 71.993

Preço de exercício da ação 589,53 436,58 R\$ 361,67 R\$ 195,60 R\$ 100,37

Total de opções outorgadas 18.457 27.622 26.438 35.997 47.910

Total de opções em circulação 71.339 88.879 62.435 83.907 47.910

Preço de exercício da ação 589,53 436,58 R\$ 361,67 R\$ 195,60 R\$ 100,37

Valor Justo da opção 589,53 436,58 R\$ 361,67 R\$ 195,60 R\$ 100,37

Vencimento médio remanescente 2 anos e 3 meses 1 anos e 3 meses 3 meses - -

Vencimento 31/03/2027 31/03/2026 31/03/2025 31/03/2024 31/03/2022

Preço da recompra da ação R\$ 361,67

Duração da ação 2 anos e 4 meses 2 anos e 6 meses 2 anos e 6 meses 2 anos e 7 meses 1 anos e 9 meses

24. Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social da controladora é representado por 2.617.962 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Ações ordinárias em quantidade

2024 2023

Em 1º de janeiro 2.617.962 2.665.872

Emittidas em 31 de dezembro e integralizadas 2.617.962 2.665.872

Em 2024 houve a emissão de 35.343 novas ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto. As novas ações foram subscritas nos termos do plano de outorga de opção de compra de ações em 19/11/2024. As novas ações foram emitidas pelo Preço de Exercício de R\$ 195,60 por ação, totalizando R\$ 6.913.090,80. Para cada ação, foi destinado R\$ 1,00 ao aumento do capital social e o restante, no valor de R\$ 194,60, foi destinado à conta de reserva de capital de acordo com o Plano SOP (Plano de pagamento baseado em ações). Ações ordinárias: Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e no Acordo de Acionistas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. b. Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de capital da Companhia é composto pelo montante de R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) e R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) em 31 de dezembro de 2023. c. Reserva Legal: Foi constituído valor de R\$ 7.068,62 (Sete mil sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) na Reserva Legal, perfazendo o montante de R\$ 2.756.719 (Dois milhões setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezenove reais) valor assim que não ultrapasse o limite de 20% do capital Social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. d. Reserva de Retenção de Lucros: Em 2024 foi constituída R\$ 172.912.351 de Resultado do Período na Reserva de Retenção de Lucros, aos quais R\$ 162.882.923 foram destinadas a conta de Dividendos e R\$ 13.530.360 utilizado para pagamentos das recompensas das ações do Plano de Opcões de Ações conforme nota explicativa nº 24(e). A constituição da Reserva de Retenção de Lucros será aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Dividendos provisionados a pagar:

2024 2023

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 9.454.401 7.743.231

Alvorada e Serviços e Negócios Ltda. 52.674.525 43.140.861

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 18.908.772 15.486.436

81.037.698 66.370.528

RCB Investimentos S.A.

Descrição

Lucro Líquido 172.912.351 126.312.700

(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido) (7.069) (236)

(-) Base para distribuição de dividendos 172.905.283 126.312.464

(-) Antecipação de dividendos em 2024

(-) Saldo disponível para Dividendos 91.060.058 74.631.493

Dividendo mínimo obrigatório 33% após reserva legal 57.058.743 41.683.113

(-) Dividendos Propostos 81.037.698 66.370.528

Dividendos totais 2024 162.882.923 118.051.499

A Companhia realizou a antecipação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com base no balanço semestral, no montante de R\$ 81.845.225 conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho em 18/07/2024. Composição dos acionistas da Controladora: A quantidade de ações emitidas pela companhia e seus respectivos titulares está assim demonstrada:

Qtde. de % participação detidas na pação

31 de dezembro de 2023

Nome do acionista

Bradesco Holding de Investimentos S.A. 1.732.817 65,00%

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 621.948 23,33%

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 311.107 11,67%

2.665.872 100,00%

Qtde. de % participação detidas na pação

31 de dezembro de 2024

Nome do acionista

Bradesco Holding de Investimentos S.A. 1.701.675 65,00%

Wattana Empreendimentos e Participações S.A. 610.771 23,33%

USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégia 305.516 11,67%

continuação

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

**RCB Investimentos S.A.**

base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/0-0 F-SP

Gustavo Mendes Bonini - Contador

CRC 1SP296875/0-4

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

### Aviso aos Acionistas

**Athena Healthcare Holding S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, 18º andar, sala B, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 26.753.292/0001-27, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.499.514 ("Companhia" ou "Athena Healthcare"), comunica aos seus Acionistas que: A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada, em primeira convocação, em 02 de janeiro de 2025 ("AGE"), aprovou, dentre outras matérias, o grupamento da totalidade das 2.368.442.574 (duas bilhões, trezentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e quarenta e duas mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo fator de grupamento de 210.000 (duzentas e dez mil) ações para formar 1 (uma) ação, sem a modificação do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.) ("Grupamento de Ações"). As principais características e impactos do Grupamento de Ações estão devidamente descritos nos itens a seguir: **A) Do Grupamento de Ações da Companhia.** **1. Fator de Grupamento:** O fator de grupamento foi aprovado na AGE na proporção de 210.000 (duzentas e dez mil) ações ordinárias para cada 01 (uma) ação ordinária após o Grupamento de Ações. **2. Ajuste da Posição Acionária:** Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, a encerrar-se no dia 17 de março de 2025, para que os Acionistas detentores de ações ordinárias possam, a seu exclusivo critério, ajustar suas posições de ações em lotes múltiplos de 210.000 (duzentas e dez mil) ações, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos 1 (uma) ação após a efetivação do Grupamento de Ações. A administração da Companhia poderá se engajar no auxílio aos Acionistas que manifestarem seu desejo de permanecer na Companhia com ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações. **3. Tratamento das Frações Remanescentes:** Transcorrido o prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos Acionistas da Companhia, ou seja, a partir de 17 de março de 2025, as eventuais frações de ações resultantes do Grupamento de Ações serão reembolsadas, pela Companhia, aos Acionistas que não ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 210.000 (duzentas e dez mil) ações no prazo previsto no item 2 acima, devendo os recursos serem transferidos para a conta bancária dos referidos Acionistas cadastradas na Companhia ou, para os Acionistas que não tenham dados bancários cadastrados na Companhia, os recursos ficarão disponíveis para retirada, pelos referidos Acionistas, na sede da Companhia. A Companhia manterá seus Acionistas e o mercado em geral informados sobre eventuais novas informações do assunto objeto do presente aviso aos Acionistas. São Paulo/SP, 13 de fevereiro de 2025. **Athena Healthcare Holding S.A.**, **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente; **Carmem Campos Pereira** – Diretora Financeira.

## Ibitu Energia S.A.

CNPJ/FM nº 31.908.280/0001-64 – NIRE 35.300.527.291

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Em 11 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da **Ibitu Energia S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estar presente o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"). **3. Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária: **Viviane de Oliveira Soares**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: *(i)* a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais) por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 720.000.000 (setecentos e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; *(ii)* a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir as alterações do capital social e *(iii)* autorização para que a Diretoria da Companhia pratique ou exerça todos e quaisquer atos relacionados à implementação da Ordem do Dia. **5. Deliberações:** O Acionista presente resolveu aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25 (um bilhão, seiscentos e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), para R\$ 888.917.852,25 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), uma redução de capital, portanto, de R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais), com o cancelamento de 720.000.000 (setecentos e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 (um real) cada. 5.1.1. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.1.2. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.1.1 acima, desde que constatada a inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.3. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais), será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.2. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: **"Artigo 5º.** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 888.917.852,25 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 888.917.852 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 5.3. O Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda. **"A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio".** São Paulo, 11 de fevereiro de 2025. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; Viviane de Oliveira Soares – Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda.

## Athena Bahia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.962.115/0001-70 – NIRE 35.300.579.241

### Aviso aos Acionistas

**Athena Bahia Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, 18º andar, sala H, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 43.962.115/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.579.241 ("Companhia" ou "Athena Bahia"), comunica aos seus acionistas que: A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada, em primeira convocação, em 03 de fevereiro de 2025 ("AGE"), aprovou, dentre outras matérias, **(A)** o grupamento da totalidade das 420.758.081 (quatrocentos e vinte milhões, setecentas cinquenta e oito mil, cententa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo fator de grupamento de aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações para formar 1 (uma) ação, sem a modificação do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.) ("Grupamento de Ações"); e **(B)** a incorporação da Companhia pela **Athena Saúde Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, Sala F, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 31.701.408/0001-14, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.522.681 ("Athena Brasil" e "Incorporação", respectivamente). As principais características e impactos do Grupamento de Ações e da Incorporação estão devidamente descritos nos itens a seguir: **A) Do Grupamento de Ações da Companhia.** **1. Fator de Grupamento:** O fator de grupamento foi aprovado na AGE na proporção de 210.000 (duzentas e dez mil) ações para cada 01 (uma) ação ordinária após o Grupamento de Ações. **2. Ajuste da Posição Acionária:** Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, a encerrar-se no dia 14 de março de 2025, para que os acionistas detentores de ações ordinárias possam, a seu exclusivo critério, ajustar suas posições de ações em lotes múltiplos de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos 1 (uma) ação após a efetivação do Grupamento de Ações. A administração da Companhia poderá se engajar no auxílio aos acionistas que manifestarem seu desejo de permanecer na Companhia com ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações. **3. Tratamento das Frações Remanescentes:** Transcorrido o prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos acionistas da Companhia, ou seja, a partir de 14 de março de 2025, as eventuais frações de ações resultantes do Grupamento de Ações serão reembolsadas, pela Companhia, aos acionistas que não ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações no prazo previsto no item 2 acima, devendo os recursos serem transferidos para a conta bancária dos referidos acionistas cadastradas na Companhia ou, para os acionistas que não tenham dados bancários cadastrados na Companhia, os recursos ficarão disponíveis para retirada, pelos referidos acionistas, na sede da Companhia. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre eventuais novas informações do assunto objeto do presente aviso aos acionistas. São Paulo/SP, 13 de fevereiro de 2025. **Athena Bahia Participações S.A.**, **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente; **Carmem Campos Pereira** – Diretora Financeira.

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## EPR 2 Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 - NIRE 35300638085

**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2025**

**I. Data, Horário e Local:** Em 28 de janeiro de 2025, as 17 horas, no endereço da sede social da EPR 2 Engenharia S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, andar 6, conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP.

**II. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), conforme alterada, em razão da presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia.

**III. Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), no dia 27 de janeiro de 2025, hash de publicação A3E56BAC6BB547A9CA51DD69EAD9A001F0F4819, conforme previsto nos artigos 289 e 294 da Lei 6.404 e na Portaria nº 12.071, de 07 de outubro de 2021 do Ministério da Economia, dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios e a observância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404, nos termos do parágrafo quarto do referido artigo.

**IV. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior.

**V. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) a análise, discussão e aprovação dos relatórios da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis, relativas ao exercício social de 2024 da Companhia; e (ii) a destinação dos resultados auferidos relativos ao exercício social de 2024 da Companhia; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) a alteração do artigo 20 do estatuto social da Companhia; e (ii) a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia.

**VI. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2024, as quais foram disponibilizadas, apresentadas e analisadas pelos presentes, bem como devidamente publicadas na Central de Balanços do SPED; (ii) aprovar, sem ressalvas, tendo em vista que houve lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor total de R\$ 50.929.684,60 (cinquenta milhões, novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), que: a) o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), será destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei 6.404 e art. 21, I do estatuto social da Companhia; b) o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será destinado à reserva de lucros; c) o valor de R\$ 50.429.654,60 (cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) será distribuído aos acionistas, a título de dividendos. Os dividendos ora declarados serão pagos em até 05 (cinco) dias úteis da presente data. Os acionistas autorizam, ainda, o pagamento de dividendos por meio da compensação de eventuais créditos, incluindo os oriundos de eventuais instrumentos de dívida, que a Companhia possua contra os acionistas. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar a alteração do artigo 20 do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 20 - O exercício social tem inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável." (ii) de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação consuetudo no Anexo I desta ata.

**VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404, que após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

**VIII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior; Acionista: EPR 2 Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior); São Paulo, 28 de janeiro de 2025. JUCESP nº 51.031/25-5 em 07/02/2025. Alózia E. Soares Junior - Secretário em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR 2 Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis.**

**Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, Andar 6, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento fiscalização, supervisão e administração de obras no geral.

**Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

**Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 100 (cem) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral").

**Parágrafo 2º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes.

**Parágrafo 3º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares.

**Parágrafo 4º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.

**Parágrafo 5º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições tal Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 6º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.

**Parágrafo 7º -** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 6º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia.

**Artigo 7º -** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de constituição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios a 1% (um por cento) do mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, que não compensará igual a 10% (dez por cento) do valor devido.

**Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Artigo 9º -** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

**Parágrafo 1º -** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da reunião do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável.

**Parágrafo 2º -** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria.

**Parágrafo 3º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A.

**Parágrafo 4º -** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 5º -** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo 6º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

**Artigo 10º -** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia; (iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iv) transformação do tipo societário; (v) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vi) registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitui ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia); (vii) dissolução e liquidação da Companhia; (viii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (ix) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (x) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (xi) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membros da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xiii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiv) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (xv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xvi) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Divida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejússoria, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xviii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (pessoalizada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xviii) abaixo; (xix) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xx) celebrar, alterar ou resísl quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; (xxi) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xxii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 1% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xxiii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxiv) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxv) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xxvi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais.

**Artigo 11 -** Observado o disposto

no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12 -** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º -** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º -** Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e as pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **Parágrafo 4º -** A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável. **Parágrafo 5º -** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Artigo 14 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, todos sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição. **Parágrafo 1º -** Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **Parágrafo 3º -** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Artigo 15 -** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer um dos Diretores. **Parágrafo 1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º -** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º -** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 4º -** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores. **Parágrafo 5º -** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 17 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas, federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado.

**Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 18 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplementares em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º -** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 19 -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo delegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 20 -** O exercício social tem inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Artigo 21 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá deixar de constit